



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 107

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE OUTUBRO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 107**

### **86ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Ofícios.....	02
Telex.....	03
Telegramas .....	04

Requerimentos.....	05
--------------------	----

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Barbosa Neto .....	05
Dep. Neivo Beraldin .....	05
Dep. José Domingos Scarpellini ....	06
Dep. Jocelito Canto .....	07

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....	08
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	08

<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>08</b>
-------------------------------------	-----------

### **DIÁRIO Nº 107**

### **86ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Jocelito Canto e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Carlos Martins, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (15). Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos

Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Josá Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (38). E em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

#### **Expediente:**

#### **Ofícios**

Sob os nºs CTL/CC 236 e 237, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado e Ofícios nºs

CTL/CC/242 e 243/06, do Sr. Hermas Brandão - Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

362/06: De autoria do Poder Executivo que, autoriza abertura de créditos adicionais para orçamento da SEED e SESA, nos valores que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.241. **Anote-se -Arquive-se.**

067/06: De autoria do Poder Executivo que, altera a redação do artigo 1º da Lei nº 14.452, de 07/07/04, para aumentar o capital social do Estado na Sanepar, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.242. **Anote-se -Arquive-se.**

347/06: De autoria do Tribunal de Justiça que, exclui do Anexo III - Tabela 2 - do Código e Divisão Judiciários os serviços dos Distritos de Guaragi e Itaipococa, na Comarca de Ponta Grossa, os quais serão extintos quando vagarem, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.244. **Anote-se -Arquive-se.**

344/06: De autoria do Tribunal de Justiça que, altera a jurisdição dos 1º e 3º Serviços de Registros de Imóveis da Comarca de Guarapuava e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.245. **Anote-se -Arquive-se.**

Sob o nº CTL/SEEG 244/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo o Projeto de Lei nº 243/05. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 291/06, do Sr. Hermas Brandão - Governador do Estado, em exercício, restituindo o Projeto de Lei nº 269/06. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 452/06/CGCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração do Convênio nº 013/2006 e liberação de recursos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 059/06, da Sra. Adriângela M. Ligeiro Montesano - Gerente Geral da Caixa Econômica Federal - Agência Ahú, comunicando a liberação de recursos financeiros em 28/08/06, no valor de R\$ 2.352.981,63 (dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 175.766-47/2005/MJ/CAIXA, assinado em 21/10/2005, no âmbito do Programa OGU/MJ/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2039/06, do Sr. Nestor Baptista, Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 516/06 - Tribunal Pleno, exarado nos Processos nº 11431-7/04-TC e 10117-0/05-TC relativos, respectivamente, a Prestação de Contas Estadual e ao Recurso de Revista do Fundo Estadual

de Defesa de Interesses Difusos - FEID, do exercício financeiro de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 418/06/GS, do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre a paralização das obras nos trechos da PR-281, 419 e 420 dos municípios de Mandirituba, Agudos do Sul e Piên. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1793/06/GAB, do Sr. Luiz Eduardo Trigo Roncaglio - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Paraná, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre as investigações feitas pelo Ministério Público acerca dos prejuízos que a Copel sofreu em função de aplicações financeiras junto ao Banco Santos. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1277/06/GS, da Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto - Secretária de Estado da Cultura, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que solicita a possibilidade de o Estado auxiliar o Grupo de Jovens Ágape. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 0780/06/DG, do Sr. Francisco Carlos Simoni - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado Rafael Greca de Macedo, que pede esclarecimentos sobre a proibição de participação na Feira de Sabores do Paraná, dos produtos que utilizam a essência da erva-mate. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CODR-C/1418/2006/DGC, do Sr. Luiz Antonio Rossafa - Diretor de Gestão Corporativa Paranaense de Energia - Copel, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre a situação funcional do Osires Cavaletti junto à Copel. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

## **Telex**

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2427 - Requerente Partido Social Liberal, PSL e Requeridos o Governador do Estado e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, onde a Sra. Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunica que julgou procedente a ação direta para declarar inconstitucionais as Leis nºs 10.704/94 e 10.818/94, do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

## Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 10637634/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.338.999,85 - pagamento de acompanhamento de paciente.

- Nº 10637624/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.025,16 - pagamento de psicodiagnóstico.

- Nº 10637627/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.492,40 - pagamento de patologia clínica.

- Nº 10637632/MS/SE/FNS - valor de R\$ 59.149,59 - pagamento de acompanhamento pós-transplante.

- Nº 10637631/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.275,00 - pagamento de assistência domiciliar.

- Nº 10637623/MS/SE/FNS - valor de R\$ 38.197,00 - pagamento de reabilitação.

- Nº 10637621/MS/SE/FNS - valor de R\$ 429.631,00 - pagamento de triagem neo-natal.

- Nº 10637622/MS/SE/FNS - valor de R\$ 35.454,48 - pagamento de terapia e psicoterapia.

- Nº 10637626/MS/SE/FNS - valor de R\$ 299.859,21 - pagamento de programa de combate ao câncer de colo uterino.

- Nº 10637628/MS/SE/FNS - valor de R\$ 164.303,50 - pagamento de leucemia mielóide.

- Nº 10637625/MS/SE/FNS - valor de R\$ 25.100,00 - pagamento de prótese dentária.

- Nº 10637619/MS/SE/FNS - valor de R\$ 106.360,17 - pagamento de transplantes.

- Nº 10637620/MS/SE/FNS - valor de R\$ 17.249,40 - pagamento de tuberculose.

- Nº 10633716/MS/SE/FNS - valor de R\$ 747.574,86 - pagamento de detecção de deficiência auditiva.

- Nº 10633717/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.343.219,11 - pagamento de terapia renal substitutiva.

- Nº 10637630/MS/SE/FNS - valor de R\$ 24.390,60 pagamento de fisioterapia.

- Nº 10637635/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.554.147,93 pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.

- Nº 10637633/MS/SE/FNS - valor de R\$ 223.048,45 pagamento de acompanhamento de saúde mental.

- Nº 10633715/MS/SE/FNS - valor de R\$ 12.566,67 pagamento de incentivo para estabelecimento de parcerias com as OSC.

- Nº 10637636/MS/SE/FNS - valor de R\$ 101.200,00 pagamento de centros de especialidades odontológicas.

- Nº 10784972/MS/SE/FNS - valor de R\$ 293.352,81 pagamento de neurocirurgia.

- Nº 10784992/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.149,65 pagamento de queimados.

- Nº 10784955/MS/SE/FNS - valor de R\$ 97.131,36 pagamento de angioplastia endovascular.

- Nº 10784967/MS/SE/FNS - valor de R\$ 138.180,06 pagamento de gastroplastia.

- Nº 10784903/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.291,47 pagamento de queimados.

- Nº 10784882/MS/SE/FNS - valor de R\$ 339.754,85 pagamento de neurocirurgia.

- Nº 10784872/MS/SE/FNS - valor de R\$ 84.368,37 pagamento de gastroplastia.

- Nº 10784854/MS/SE/FNS - valor de R\$ 78.750,15 pagamento de angioplastia endovascular.

- Nº 10784771/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,56 pagamento de incentivo no âmbito do Programa Nacional de HIV e AIDS e outras DST.

- Nº 10784675/MS/SE/FNS - valor de R\$ 120.000,00 pagamento de programa de financiamento das ações de alimentação e nutrição.

- Nº 10785037/MS/SE/FNS - valor de R\$ 58.577,91 pagamento de terapia renal substitutiva.

- Nº 10784016/MS/SE/FNS - valor de R\$ 266.052,72 pagamento de teto financeiro de vigilância em saúde.

- Nº 10784057/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34 pagamento de cirurgias eletivas de alta complexidade.

- Nº 10784079/MS/SE/FNS - valor de R\$ 13.265,02 pagamento de média e alta complexidade da vigilância sanitária.

- Nº 10784132/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.554.147,93 pagamento de aquisição de medicamentos excepcionais.

- Nº 10784217/MS/SE/FNS - valor de R\$ 101.200,00 pagamento de centros de especialidades odontológicas.

- Nº 10784222/MS/SE/FNS - valor de R\$ 152.405,96 pagamento de média e alta complexidade - visa/taxa de fiscalização.

- Nº 10784301/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,412,99 pagamento de programa para aquisição de medicamentos para saúde mental.

- Nº 10784430/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.090,00 pagamento de FAEC AIH-AIDS.

- Nº 10784464/MS/SE/FNS - valor de R\$ 122.560,00 pagamento de assistência pré-natal.

- Nº 10784512/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.125,00 pagamento de registro civil e nascimento.

- Nº 10784569/MS/SE/FNS - valor de R\$ 143.565,21 pagamento de transplantes.

- Nº 10784598/MS/SE/FNS - valor de R\$ 111.244,16 pagamento de transplantes.

- Nº 10637629/MS/SE/FNS - valor de R\$ 113.350,00 pagamento de humanização do parto.

**Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimento

REQUERIMENTO Nº 2159

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER que seja a ele dada autorização desta Casa de Leis para ausentar-se por 122 (cento e vinte e dois) dias, para tratamento médico, em conformidade com o artigo 65, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.10.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

### *Pequeno Expediente:*

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário destinado ao Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

### *Deputado Barbosa Neto (PDT)*

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje, Sr. Presidente, para deixar registrado nesta Casa, a manifestação dos servidores da Universidade Estadual de Londrina, e por conseguinte os servidores de todas as instituições de ensino superior que acabaram perdendo um benefício que infelizmente não poderiam perder. Por um parecer do Tribunal de Contas os servidores que percebem até três salários mínimos, como base de cálculo, essa remuneração do servidor, eles não terão mais o direito do vale-transporte. Essa notícia foi comunicada às vésperas da eleição do primeiro turno para o Governo do Estado, e pegou de surpresa todos os servidores que contam com esse vale-transporte para exercer o direito de ir e vir ao trabalho. Só vão recebê-lo os funcionários que ganham até três salários mínimos. É um parecer do Tribunal de Contas e se baseia num decreto que regulamenta a lei que estabelece esse benefício. A própria Universidade não tem muito o que fazer, a não ser cumprir essa determinação, sob pena até de se cometer o crime de improbidade administrativa.

Mas, estamos nesta tarde protocolando um requerimento junto à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que o órgão competente do Governo do Estado possa analisar o pedido de se reverter essa determinação. O Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade apresentou uma proposta para ser analisada pelo Governo do Estado, considerando o valor de três pisos salariais do Paraná para efeito de benefício do vale-transporte. Com isso, como o piso do Paraná é maior do que o piso do salário mínimo nacional, que os três salários seriam de mil e cinquenta reais, já os três pisos salariais do Paraná esse valor seria superior aos mil e duzentos reais. Não é justo, não é humano, e esperamos

que o Tribunal de Contas ou mesmo o próprio Governo do Estado possa rever essa situação.

A alternativa apresentada pelo Pró-Reitor de Recursos Humanos é válida, tendo em vista que já estabeleceriam os três pisos salariais do Paraná superando, portanto, o piso nacional do salário mínimo como teto base de cálculo para a remuneração dos servidores. Servidores que perderam tanto durante esses últimos anos, que conquistaram somente agora o plano de cargos, carreiras e salários, não podem, de uma hora para outra, perderem também...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Um minuto apenas. Agradeço Sr. Presidente.

Já comunicamos ao Presidente Itamar Nascimento, que representa o Sindicato dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina, através da Assuel. São 890 funcionários que atualmente recebem o benefício do vale-transporte e há, sem dúvida nenhuma, uma apreensão muito grande entre esses trabalhadores que não têm condições de bancar, também, com o vale-transporte.

Eu diria que é uma desumanidade. Não é justo e precisamos estar atentos a essa reivindicação. Por isso, fazemos este requerimento chegar às mãos do Presidente e, também, deixamos registrado o nosso pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito Deputado Neivo Beraldin.

### *Deputado Neivo Beraldin (PDT)*

O SR. NEIVO BERARDIN

Sras. e Srs. Deputados; Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa:

Venho à tribuna, nesta tarde, para mais uma vez me manifestar no sentido de que seja cumprida a solicitação feita por este Deputado, respaldada por mais de vinte e cinco Deputados Estaduais, onde solicitamos uma CPI para desvendarmos as operações do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná - FDE. Tendo em vista que essa CPI foi aprovada, dada como recebida pelo Presidente da Casa, faço um requerimento, hoje, solicitando que V. Exa, Sr. Presidente, determine a instalação dessa CPI em cinco dias ou até mesmo na Sessão de hoje para que os Partidos possam indicar os seus membros.

Não quero passar por esta Casa sem tratar das grandes questões de interesse do Estado. Fiz isso ao longo de minha vida parlamentar nesses vinte anos que estive aqui dentro. Sempre cuidei e auditei a administração do dinheiro público, seja das empresas que compõem o Governo no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, enfim, sempre tratei as questões da aplicação do dinheiro

público com muito rigor e, certamente, o FDE - Fundo de Desenvolvimento Urbano, que aplicou recursos para muitas empresas que existem hoje no Paraná, talvez para alguns que nem existam, tem que ser analisado por esta Casa, que tem o dever de fiscalizar a aplicação do dinheiro público.

Tendo em vista que esta Casa recentemente decretou a nulidade por mensagem do Governo atual extinguindo a Paraná Investimento e a Paraná Desenvolvimento, duas empresas onde passaram os recursos da venda de cento e onze bilhões de ações da Copel, onde o Estado deve ter apurado em torno de três bilhões de reais e que não veio sequer à justificativa de onde foi esse dinheiro, de como entrou e de como saiu. A Parana Desenvolvimento e a Paraná Investimento são duas empresas que o governo manda para esta Casa e pede a sua extinção, sem que traga consigo a movimentação financeira e a responsabilidade dos administradores da empresa, nem quantos funcionários existiam nessas empresas, nem absolutamente nada. Certamente, nenhuma bodega no Estado tem essa liberdade. Nenhum barzinho, nem uma mercearia ou o menor comércio do Estado teriam essa possibilidade de encerrar as atividades em uma empresa pública, que administrou milhões de dinheiro público, sem que houvesse uma explicação no mínimo razoável. Não veio nem na mensagem - pedimos após essa mensagem que viesse uma justificativa a esta Casa e até hoje não veio.

Portanto, Sr. Presidente, em homenagem a esses vinte anos de mandato exercidos aqui dentro, sempre acompanhados com uma equipe técnica multidisciplinar, quero que V. Exa. determine a instalação imediata dessa CPI, para que possamos começar o trabalho, rapidamente. Certamente, vamos desvendar, talvez, interesse do povo, tanto quanto desvendamos quando presidimos a CPI do Banestado, onde durante nove meses de trabalho e de fôlego, conseguimos aprovar um relatório por esta Casa de 1.142 páginas. Conseguimos acostar a este relatório mais de 80 mil documentos carimbados, fruto da quebra do sigilo do Banco Central e também da quebra do sigilo do Banco do Estado de 90 a 2000.

Penso que o Legislativo tem que estar atento para essa duas questões de Estado, porque quando um governo deve ou quanto aplica mal o seu recurso, quem paga a conta é o pobre. Se nós temos hoje uma sociedade que temos, em uma situação tão difícil para tanta gente, tanto na área da saúde, da educação, na agricultura, no abandono para os pequenos, onde se gastam milhões em propaganda e publicidade, para abastecer de recursos aqueles que pagam a publicidade e propaganda.

Também encaminhei à Presidência desta Casa um relatório, onde aponta um ex-secretário de Estado que recebia recursos de retorno de gasto de publicidade e propaganda. Também requeiro a V. Exa. que seja remetido ao Ministro Público Estadual e Federal, para sejam apurados.

Eu, certamente, cumpro o meu dever revelando todos aqueles que cometeram atos ilícitos na administração pública e hoje e sempre estiveram contra a minha pessoa. Certamente, hoje, estão comemorando com champanhe a minha não reeleição.

Respondo a todos que continuo o mesmo, alegre e feliz. Essa oportunidade me cabe para agradecer os 30.575 votos que obtive, certamente, honrados, que devo simplesmente agradecer à população do meu Estado. E dizer que lamento muito não poder ter tido a nossa reeleição, mas ao mesmo entendo que a população é sábia e sabe evidentemente o que faz.

Nesse curto período que tenho, eu gostaria de ver todos esses trabalhos e temas de interesse global do Estado sejam colocados em prática.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada:

Ontem tivemos eleições no Brasil, a primeira depois da mini reforma que foi feita com o objetivo de acalmar a corrupção e de levar ao povo e aos candidatos do povo maior facilidade de participação no processo eleitoral. Mas, o que vimos nesta eleição foi a legitimação da corrupção. Se você pegar nos municípios, no Estado a reeleição no Brasil é um processo altamente corruptível, pois o administrador, na ânsia de se reeleger, pratica as mais variadas formas de corrupção já vistas na história do Brasil. Se chegarmos aqui no Paraná e perguntarmos quem é que vai pagar a conta do 15 é assombroso. O 15 com bandeiras, com balões, o 15 com jantares, o 15 com helicóptero para baixo e para cima, aviões, as carreatas, a gasolina, o 15 virou no Paraná um símbolo da corrupção e a mini reforma política de nada valeu, porque apenas valorizou o "passe" do vereador, do cabo eleitoral, do prefeito e aí ele valorizando se vendeu e chantageou politicamente os candidatos e aqueles que legitimamente deveriam vir para esta Assembléia para representar o povo do Paraná.

A corrupção se dá quando o Governador determina a um funcionário ligado ao seu gabinete para grampear os telefones de Deputados estaduais, investigar a vida e fazer espionagem na vida dos adversários políticos. A corrupção é esse caminho que está aberto por onde passa a vontade de se manter no Poder. Está aí o senhor Dêlcio Raserá preso, recolhido à hospedagem do governo, hoje hóspede oficial do Governo do Paraná, ele que representava oficialmente como assessor do Gabinete do Governador do Estado. O senhor Dêlcio Augusto Raserá que, conforme as gravações que estão na PIC, que a PIC man-

dou à Procuradoria Geral Eleitoral da República na Paraná, recebia ordens diretas do Governador para fazer serviço sujo, espionagem da mais descarada que nós já ouvimos falar. O Sr. Décio Raserá agora está convidado para fazer a famosa delação premiada e que ele, nessa delação, possa esclarecer alguns fatos que até então o povo do Paraná desconhece ou as autoridades insistem em não querer saber o que é que aconteceu. Quem é que não conhece o *curriculum vitae* do mestre Raserá, com sua mala de 007 fazendo espionagem já nos idos da Prefeitura, no Governo do Estado passado?

Queremos que as eleições sejam limpas. Grudado no Lula, o atual Governador certamente vai continuar o seu caminho, porque desta maneira ele já se tornou governador a vez passada, com as benesses da popularidade do atual Presidente da República, há quando anos atrás. E agora vai continuar “enfelipado”, porque nós sabemos que não há outro caminho para ele a não ser se manter dentro dessa lógica política que está traçada. Mas, o povo do Paraná quer saber: quem paga a conta do 15?

Como é que esta eleição foi com tantos cabos eleitorais, com tantas bandeiras; com tanta boca-de-urna; com tanto gasto?

Lá em Apucarana era um jantar por noite pelo 15, para quinhentas, seiscentas pessoas. Certamente, ninguém sabe como é que esse povo vai fazer para emagrecer agora, porque para engordar nós sabemos como é que foi.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores, aqui presentes:

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Scarpellini, e quero dar razão a ele em alguns dos pontos colocados por ele.

Mas, Deputado Scarpellini, quero dizer a V. Exa. que nesta eleição fizemos uma campanha extremamente simples. Uma campanha que iniciou desde o primeiro dia em que assumimos esta Casa, quando começamos o nosso trabalho fazendo as leis, trabalhando diariamente aqui nas Secretarias, e principalmente todos os dias estando na nossa base eleitoral, temos essa oportunidade por estarmos próximos da capital, podemos ir e voltar todos os dias. E foi o que fiz nesses três anos e meio como Deputado Estadual. Nunca abandonamos a nossa origem, o rádio, todos os dias levantamos às 5h00 da manhã para às 06h00 estar na rádio fazendo o programa até às 09h00, atendendo a comunidade diariamente, buscando atender aquelas cidades em volta dos Campos Gerais. E, posteriormente, vindo para Curitiba para

defender os interesses da nossa comunidade dos Campos Gerais. Foi um trabalho de todos os dias. Um trabalho que também teve o respeito do voto distrital, fiz campanha somente na região dos Campos Gerais, Não saí dos Campos Gerais. Fiz campanha em todas as cidades, doze municípios dos Campos Gerais. E nesses doze municípios dos Campos Gerais, chegamos aos números de sessenta e cinco mil votos. Fui o Deputado mais votado em Ponta Grossa e o mais votado na Região dos Campos Gerais. Não colocamos uma única placa, Deputado Scarpellini, em Ponta Grossa, uma única bandeira, um único jantar patrocinado pela nossa campanha. No dia da eleição não jogamos nenhum tipo de propaganda nos locais de votação, não colocamos nenhum fiscal para fiscalizar as eleições. Não credenciamos nenhum delegado acreditando naquilo que o Tribunal Regional Eleitoral fez nas eleições. Foi uma campanha simples. Andamos pelas ruas, fizemos os pequenos comícios, reuniões, encontros, andamos com o nosso Jipe que nós inventamos nessa campanha para andar pelas ruas e falar com o povo. E o resultado está aí, tanto é que o slogan da nossa campanha era: voto em quem trabalha. E o resultado foi que nós conseguimos essa expressiva votação.

Quero aqui manifestar aquilo que o Deputado Scarpellini colocou, há muitas dúvidas sobre as eleições, realmente V. Exa. tem toda razão, não diminuiu, em nada, a grana de alguns candidatos. Muitos candidatos usaram aquilo que sabemos, a artimanha de fazer campanha de um jeito diferente mas que acaba sendo aquilo que a Justiça Eleitoral, às vezes, proíbe.

Nós fizemos a campanha com simplicidade, com respeito e com trabalho e evidentemente que com este trabalho conquistamos esses números que estão aí hoje e que nos possibilitam estar aqui por mais quatro anos.

Também a nossa eleição é uma resposta a alguns segmentos que nos têm atacado que têm sido diferentes para alguns casos com o Tribunal de Contas e o próprio Ministério Público que para muitos nada vêem mas para nós quaisquer coisinhas vêem. É uma resposta daqueles eleitores que se indignam com atitudes tomadas por alguns segmentos.

Encerro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizendo que nessa campanha, fizemos uma campanha de cara limpa, uma campanha limpa, uma campanha bonita e que o resultado está aí.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, se encontra sobre a mesa o pedido de licença médica do Deputado Bradock. Eu gostaria que o atestado médico viesse assinado pelo chefe da equipe médica do Poder Legislativo, porque aqui está assinado apenas por um médico. Gostaria que o Chefe do Departamento Médico assinasse também para que possamos ter a devida responsabilidade do Departamento Médico.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito à assessoria da Mesa que encaminhe ao Chefe do Departamento Médico para que assine a documentação referida pelo Deputado Neivo Beraldin.

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

### ***Ordem do Dia:***

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 15 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Requerimento nº 2159, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa para ausentar-se por 122 (cento e vinte e dois) dias, para tratamento médico, conforme atestado em anexo. **Encaminhe-se ao Coordenador do Departamento Médico desta Casa, para providências.**

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação ao artigo 9º da Lei Estadual nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, conforme especifica.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 501/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º O artigo 9º da Lei Estadual nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, que consolida a legislação tributária relativa à Taxa de Segurança, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º São isentos da Taxa de Segurança, os atos e documentos relativos:

I - às finalidades declaradas escolares, militares e eleitorais;

II - à situação funcional dos servidores públicos em geral ativos e inativos;

III - ao interesse de pessoas comprovadamente pobres;

IV - aos clubes de terceira idade, desde que possuam declaração de utilidade pública.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relator

Verificação de votação a pedido do Deputado Valdir Rossoni. Antes porém, chamada nominal a pedido do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Tadeu Veneri**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Quatorze Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há quórum para votação e nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 501/05; 212, 331, 429, 432, 448 e 451/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 146, 353, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464 e 465/06; e do Projeto de Resolução nº 014/06.

Levanta-se a Sessão.